



INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES

**O ACESSO DAS/OS ESTUDANTES POBRES DE PACATUBA - CE NO ENSINO
SUPERIOR: desafios e perspectivas**

Clarice Sousa do Nascimento

**Acarape – CE,
dezembro de 2023.**

CLARICE SOUSA DO NASCIMENTO

**O ACESSO DAS/OS ESTUDANTES POBRES DE PACATUBA - CE NO ENSINO
SUPERIOR: desafios e perspectivas**

**Trabalho de conclusão de curso, apresentado
a Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte das
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Humanidades.**

Orientador: Prof. Dr. Rosângela Ribeiro.

**Acarape - CE,
dezembro de 2023.**

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda os desafios enfrentados pelos estudantes de baixa renda na cidade de Pacatuba para ingressar e permanecer no ensino superior. O objetivo central é investigar as complexidades tanto escolares quanto sociais, buscando compreender como a educação se entrelaça e se relaciona com diversos aspectos, incluindo raça, classe social, ideologia capitalista e pobreza. A pesquisa procura contemplar experiências pessoais no contexto da problemática apresentada, utilizando revisões bibliográficas para fundamentar o trabalho. Através dos estudos realizados, pretende-se afirmar que o acesso à educação está intrinsecamente ligado às lutas de classes e às implicações do trabalhador e suas necessidades. Observa-se que a relação entre o trabalho e a questão da escolarização atravessa diversos contextos, estando inserida na estrutura política, econômica, escolar e social. Esses elementos influenciam e moldam o modo de vida das diferentes classes sociais, determinando se a educação será encarada como um privilégio ou um direito.

Palavras-Chave: educação. classe. ensino superior.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 A ESCOLA E SEU DUALISMO: que lugar as crianças pobres brasileiras ocupam? ...	5
2.1 A Educação Escolar na Sociedade Brasileira Contemporânea - breves considerações.....	8
2.1.1 A relação escola e pobreza: breve histórico da alfabetização das crianças pobres no Brasil	10
3 A ESTRUTURA SOCIAL: As nuances do trabalho como fator definitivo e influenciável.	13
3.1 Estrutura social e a lógica capitalista.	20
4 A influência da ideologia nas mentalidades.	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

INTRODUÇÃO

A escolha da temática deste trabalho decorre das minhas experiências pessoais, da realidade familiar e das reflexões sobre minha trajetória e as de minhas amigas. Filha e irmã de uma professora, o contato com a educação sempre foi uma presença marcante em minha vida. Estudante de escola pública desde sempre, recebia a orientação de minha mãe para focar nos estudos, uma prática que eu e minhas irmãs adotávamos sem encarar como algo negativo. Gostávamos de frequentar a escola, estudar em casa e participar de atividades culturais. A realidade financeira semelhante à dos colegas nos fazia sentir-nos parte de um todo, sem nos sentirmos diferentes.

Entretanto, ao ingressar em uma escola de ensino médio profissionalizante em Pacatuba, percebi que minha vida não era nem a mais fácil, nem a mais difícil. À medida que amadurecia, percebia as semelhanças e diferenças que moldam as realidades, como raça e gênero. Ao observar a vida da minha avó, mulher negra, em comparação com colegas cujas avós eram brancas, ou as condições das meninas brancas em minha sala, notei disparidades no acesso a recursos, como equipamentos tecnológicos mais caros e um ambiente de estudo mais favorável em casa, sem os ruídos que eu enfrentava.

Minha reflexão aprofundou-se com os resultados do Enem, revelando que a maioria dos alunos de Pacatuba aprovados em universidades públicas eram brancos, com melhores condições financeiras e mais prestígio na escolha de cursos. Nesse momento, percebi que a educação não era apenas uma área de conhecimento, mas estava intrinsecamente ligada à estrutura política, econômica e social capitalista.

A cidade central desta pesquisa é Pacatuba, minha residência. Fundada em 08 de outubro de 1869, é uma mesoregião metropolitana de Fortaleza, situada a aproximadamente 25 quilômetros da capital. Com uma área de 133,236 metros quadrados e uma população estimada de 81.524 habitantes conforme dados do IBGE de 2022, é a 19ª cidade mais populosa do Ceará.

A etimologia do nome Pacatuba, proveniente da língua tupi, significa “ajuntamento de pacas”. Sua história remonta aos primeiros habitantes, os povos indígenas pitaguaris e potiguaras, bem como os colonizadores portugueses religiosos e militares que habitaram a região devido aos processos de aldeamento e catequização.

Para evitar invasões europeias às terras, foi implementada uma medida de proteção em 1683, concedendo sesmarias aos membros da família Correia, originários do Rio Grande do Norte, no sítio chamado Pacatuba. O povoamento da cidade teve início nessa época, com concessões adicionais em 1693 a outros posseiros. A freguesia, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi criada em 5 de novembro de 1869. Em 1876, com a construção da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité, Pacatuba recebeu duas estações de trem. O município foi oficialmente criado em 17 de agosto de 1889, mantendo uma divisão territorial em quatro distritos: Pacatuba, Monguba, Paraná e Senador Carlos Jereissati (IBGE, 2022).

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as estratégias e limitações de acesso e permanência de estudantes pobres em Pacatuba, Ceará, ao ensino superior. Buscamos identificar os desafios enfrentados por esses estudantes para alcançar o ensino superior, descrever a organização do sistema educacional no Brasil e entender a relação entre a permanência dos jovens pobres de Pacatuba no ensino superior e as determinações das políticas educacionais para esse nível de ensino, além das exigências do mercado de trabalho global.

A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica, documental e revisão de literatura sobre a temática. Nosso caminho metodológico visa entender como as políticas de gestão da pobreza estão traçadas no contexto de crise do capital e como a concentração de riqueza nas diferentes classes sociais influencia as oportunidades de acesso à educação. O embasamento teórico desta pesquisa fundamenta-se nas obras de Marx (1996), Marília Freitas de Campos Tozoni Reis (2002), Maurilena Chauí (2008), Pierre Bourdieu (1992), José Luiz de Paiva Bello (2001), Claudino Piletti (1991) e outros, contribuindo para o entendimento do trabalho na sociedade capitalista, sua relação com a alienação e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, e como isso se relaciona com a pobreza e a criação das escolas. Dados do IBGE também são essenciais para evidenciar a relação entre o acesso e a permanência de estudantes pobres e negros na escola e na universidade. Com foco nas trajetórias pessoais e sociais dos jovens que frequentam a escola pública, esta pesquisa busca compreender as estratégias e desafios que enfrentam para acessar e permanecer no ensino superior.

2. A ESCOLA E SEU DUALISMO: que lugar as crianças pobres brasileiras ocupam?

Com a chegada da Família Real, o Brasil apresentou um considerável desenvolvimento cultural, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. A vinda da Família Real e, mais adiante, a Independência em 1822, fez com que o ensino superior tivesse uma preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da

educação, iniciado com o sistema jesuítico. A classe pobre ficava em segundo plano, enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios. O objetivo fundamental da Educação do Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso,

ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 1991, p. 41).

A Constituição Brasileira inicial, outorgada em 1824, garantia em seu Art. 179 apenas “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. Em 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente. Em 1834, com o ato adicional e a Constituição de 1891, descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso do ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico e gerando um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares.

O sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação semelhante àquela conferida à elite, é herdado na Primeira República, juntamente com toda a desorganização que se arrastou durante o período monárquico. Nesse sentido, surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas a de Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadavia Corrêa, a reforma Carlos Maximiliano, entre outras, contudo, eram apenas reformas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava a mesma (RIBEIRO, 1986).

O modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que estava de um lado a classe pobre, sempre relegada a segundo plano, e de outro a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios (RIBEIRO, 1986).

Constata-se, contudo, que não havia uma rede de escolas públicas organizada e respeitável. As poucas escolas existentes nas cidades eram destinadas ao atendimento dos filhos das classes abastadas. No interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais funcionando em condições precárias, e os professores não tinham nenhuma formação profissional.

Vale ressaltar que a aprovação da LDBEN/61 transcorreu um período de treze anos, conforme Piletti, (1991). Durante esse período, a luta pela escola pública gratuita intensificou-se. Numerosas campanhas com participação popular reivindicavam a ampliação e a melhoria atendimento escolar, para que de fato a norma constitucional de que a educação é um direito de todos fosse efetivada. Saviani afirma (2016) que a escola tem sua razão de existência na educação das crianças e jovens, que tem como conteúdo fundamental a questão do saber, do conhecimento. É importante destacar que não se trata de qualquer conhecimento, pois os indivíduos aprendem em todos os espaços que ocupam, que acessam, mas na escola, acessam os conhecimentos sistematizados, elaborados historicamente pelo conjunto da humanidade. E a escola coloca-se como necessária para essa função social. No entanto, como assinala o autor (2016, p. 4):

[...] é necessário também não perder de vista que os conhecimentos desenvolvidos no âmbito das relações sociais ao longo da história não são transpostos direta e mecanicamente para o interior das escolas na forma da composição curricular. Isto significa que para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isto implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. E o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar ao longo de um tempo determinado, é o que convencionalmente chamamos de “saber escolar”. E é nessa condição que os conhecimentos sistematizados passam a integrar os currículos das escolas.

Nessa discussão entre currículo escolar e as condições essenciais para a formação daqueles que acessam a escola, é crucial viabilizar um processo democrático e de qualidade. Isso garantirá que crianças e jovens tenham sucesso no processo de ensino e aprendizagem, permitindo-lhes o acesso à cultura letrada. Dessa forma, aqueles que são dominados poderão dominar aquilo que os dominantes têm acesso, colocando-os em uma condição de superioridade (SAVIANI, 2016).

Segundo o autor (2016), é importante compreender que, com as mudanças sociais ao longo da história da humanidade, quando a pessoa humana passa a dominar a natureza para a satisfação de suas necessidades e, assim, se diferencia dos outros animais que se adaptam à

natureza, as pessoas precisam comunicar às novas gerações os conhecimentos adquiridos para garantir a sua transmissão. Nesse sentido, educam-se e são educadas coletivamente.

Com o surgimento da propriedade privada, bem como de uma classe que se apropria dos resultados do trabalho realizado por outra classe, e nas palavras do autor (2016, p. 7)

[...] desenvolve-se um tipo de educação diferenciada destinada aos grupos dominantes cuja função é preencher o tempo livre de forma digna (“otium cum dignitate”). Aí está a origem da palavra escola (do grego skolé = lazer, tempo livre, ócio e, por extensão, ocupação dos homens que dispõem de lazer; estudo) assim como de ginásio que, em grego significa local dos exercícios físicos, local dos jogos. Essa educação diferenciada, desenvolvida de forma sistemática através de instituições específicas era, portanto, reservada à minoria, à elite. A maioria, isto é, aqueles que, através do trabalho garantiam a produção da existência de si mesmos assim como de seus senhores, continuava a ser educada de maneira assistemática pela experiência de vida cujo centro era o trabalho. Nesse contexto, a forma escolar de educação era uma forma secundária que se contrapunha como não-trabalho à forma de educação dominante determinada pelo trabalho.

Nota-se que há um vínculo de poder na origem da criação das escolas, pois desde a sua origem, há a exploração, alienação, dominação, tendo em vista que, primordialmente, a educação nunca assumiu, em sua totalidade, o princípio da coletividade, com ensinamentos igualitários, embora oferecesse atividades para o desenvolvimento físico e cognitivo quando a educação escolar era restrita a uma elite oligárquica. Porém, era uma arma de poder, promoção ideológica e dominação e divisão das classes e ainda mais, a acentuação das desigualdades sociais.

Quando passou a atender as camadas populares da sociedade, passou a atuar como dominação dos mais pobres, ascensão dos proprietários, fazendo os trabalhadores serem ainda mais dependentes dos donos da produção. Vê-se que a estruturação da sociedade atualmente não é apenas por pura coincidência, mas é algo inserido e enraizado como uma doença, na qual o seu antídoto está submerso nas profundezas da alienação e ocultação. Assim, para conseguir achá-lo, a chave está no processo de desmitificação das mentalidades.

2.1 A Educação Escolar na Sociedade Brasileira Contemporânea - breves considerações

Nos últimos anos, a educação brasileira passou por significativas modificações, sendo notável a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro de 1988. Esta estabeleceu diretrizes especiais para a educação, destacando-se o cuidado especial com os direitos, deveres, fins e princípios norteadores.

Dentre as principais mudanças educacionais, ressaltadas por Aranha (1997), destaca-se a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos, além da valorização dos profissionais de ensino com planos de carreira específicos para o magistério público. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fundamentada na Constituição, proporcionou a base moral para efetivar o direito a uma educação de qualidade, visando a formação integral do indivíduo e sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.

É válido mencionar que o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares em todo o Brasil, visando a formação cidadã do aluno e uma escola de qualidade. Contudo, ainda há desafios a serem superados para a efetivação dessas diretrizes. Apesar dos avanços, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo para a formação de indivíduos passivos e eximindo-se do compromisso de formar cidadãos ativos e conscientes.

Um programa relevante é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, que mantém vários programas visando proporcionar autonomia às escolas, suprir carências e oferecer melhores condições de acesso e permanência na escola, assim como desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

A Lei nº 11.096, de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos – ProUni, que concede bolsas de estudos em instituições de ensino superior particulares em todo o país, utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. Esse programa busca democratizar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda. Outro programa relevante foi criado em 2007, o Fundeb, caracterizado como a maior fonte de recursos destinados à educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 2007, através de diversos programas, objetiva suprir as deficiências da educação brasileira e superar seu estágio ainda limitado.

Apesar dessas iniciativas, a educação brasileira precisa de muitas melhorias, incluindo adequação das estruturas à diversidade de realidades. Faltam recursos materiais e pedagógicos, valorização dos professores, capacitação, entre outros aspectos, impedindo o avanço para uma educação libertadora, gratuita, universal, democrática e de qualidade.

Observa-se que a educação escolar desempenha um papel preponderante na vida das pessoas, condicionando-as nos âmbitos social, político, econômico e cultural. A história da educação brasileira revela uma estrutura pensada para alguns em detrimento da maioria, tornando-se um instrumento de legitimação das diferenças sociais. Diversas mudanças ocorreram, e gradualmente, espera-se alcançar uma educação que atenda a todas as camadas sociais. A educação é de extrema importância, vinculada à sua função político-pedagógica e aos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

É relevante destacar um dos impasses da educação na sociedade contemporânea: a escola em tempo integral. O Programa Escola em Tempo Integral, lançado em 2023, visa ampliar as matrículas nessa modalidade, com o objetivo de alcançar 3,2 milhões de matrículas até 2026. A educação integral, com foco no desenvolvimento do estudante, tem sido uma concepção importante desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e ganha força como uma proposta inclusiva e emancipatória.

As escolas profissionalizantes exemplificam o desafio da educação, oferecendo uma formação técnica direcionada ao mercado de trabalho, muitas vezes desvalorizando opções superiores. Estudantes da classe trabalhadora enfrentam desafios como a falta de recursos técnicos adequados e ambientes propícios para o estudo, impactando o desempenho escolar.

Nesse contexto, a relação entre o "trabalho não qualificado" e a educação revela a influência do capitalismo industrial nas políticas públicas educacionais desde a Revolução Industrial. A exigência de um trabalhador "desqualificado" pelo capitalismo industrial orientou as políticas educacionais, organizando a divisão do trabalho e influenciando o aprendizado básico.

2.1.1 A relação escola e pobreza: breve histórico da alfabetização das crianças pobres no Brasil

A estrutura que governa o corpo social é permeada pelo poder, influenciando diversas áreas de nossas vidas, muitas vezes de maneira sutil. Ao analisarmos o surgimento das escolas, observamos que desde os primórdios, elas tinham um propósito: servir à elite. Dentro desse contexto, recordamos a trajetória de familiares mais antigos, muitos dos quais não tinham oportunidades de concluir ou sequer chegar ao ensino primário. Naquela época, a prioridade era trabalhar para ajudar os pais a garantir comida e vestimenta. Apenas aqueles com condições mais favoráveis podiam alcançar o ensino primário sem a necessidade de conciliar os estudos

com o trabalho. Diante desse cenário, compreendemos que as fábricas surgiram para a população pobre, os proletariados. Em vez de estudar, as pessoas, por falta de oportunidades e opções, trabalhavam para garantir sustento, enfrentando condições de trabalho degradantes e falta de higiene no emprego. Contudo, era o único meio disponível na época.

Pode parecer, à primeira vista, que o trabalho não possui qualquer relação com a escola, mas essa conexão pode ser evidenciada por meio de toda a simbologia presente, como o uso de uniformes, a organização dos horários de entrada e saída, a hora da refeição, e o uso de uma sirene para indicar cada ação, entre outras normas de alienação.

A obra “Infância, Escola e Pobreza”, de Marília Freitas Tozoni-Reis, escrita em 2002, descreve o contexto histórico e social da representação da infância e a caracterização das condições das crianças pobres. A autora aborda o “sentimento de infância” e o desenvolvimento do tratamento específico dedicado às crianças ao longo do tempo. Na sociedade medieval não existia o termo "sentimento de infância", de acordo com Tozoni:

[...] As crianças viviam misturadas com os adultos, sem merecer qualquer cuidado ou atitude especial por parte deles. Elas eram tratadas como adultos em miniatura, não se constituíam como seres sociais diferentes dos adultos. No século XVII o sentimento de infância começa a ser incorporado ao cotidiano das famílias. A escola moderniza-se no século XVIII, criando um espaço próprio para a educação das crianças, consolidando o sentimento de infância. (TOZONI, 2002, p.02).

Desse modo, as mudanças da antiga sociedade e o enaltecimento das crianças foi definido pelas novas reorganizações, no qual conjecturou que a valorização das crianças, referia-se às crianças da burguesia em ascensão, e a história das crianças pobres estava entrelaçada com a industrialização, tendo em vista que:

Os estudos sobre a Revolução Industrial fazem, em geral, alguma referência às crianças pobres. A industrialização coloca a participação das mulheres e das crianças como força de trabalho; o trabalho das crianças nas fábricas foi um dos aspectos mais perversos da Revolução Industrial. Desta forma, na França e na Inglaterra, no início da industrialização, o trabalho das crianças começou a ser regulamentado e restringido pelo Estado por meio da legislação trabalhista. Havia esta abordagem restritiva ao trabalho infantil em quase todas as primeiras leis de fábrica. Entre outras medidas, estas leis previam que parte da jornada de trabalho das crianças nas fábricas fosse utilizada para sua instrução. (TOZONI, 2002, p.02).

As escolas de educação infantil originaram-se a princípio com um movimento para o atendimento das crianças trabalhadoras e das crianças filhas de trabalhadores e trabalhadoras com um caráter assistencialista, posteriormente, com o intuito de garantir instrução, diminuiu-se a jornada de trabalho destas e através da concepção de instrução, surgiu as escolas. “O Instituto para a formação do caráter juvenil, criado por Robert Owen, propôs a educação infantil para os

filhos dos operários de sua fábrica em New Lamark, Escócia. Esse Instituto foi a primeira instituição para o atendimento educacional das crianças pobres”. (TOZONI, 2002, p.03)

A premissa de avanços para a Educação Infantil revela características de grandes desigualdades sociais, nas quais essa disparidade está ainda mais acentuada para as crianças pobres, cuja renda familiar é classificada em até meio salário mínimo. Observa-se que existem grandes semelhanças entre os anos passados e o tempo atual, sendo ainda necessário uma nova organização do sistema para que a expansão da Educação Infantil na rede pública de ensino adote medidas eficazes e democráticas, visando também a universalização do acesso.

É crucial direcionar o foco para as estruturas e a qualificação dos professores presentes, contemplando a valorização e as necessidades de todas as crianças. Isso possibilitaria um acompanhamento humano e holístico, visando a integração de todas as crianças. A implementação de uma política nacional que garanta medidas de atendimento assistencial eficaz para todos e todas é uma temática de grande avaria, além de que é imprescindível saber o perfil dessas crianças, pois:

Dentre as medidas apontadas para garantir o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos no Brasil, está a necessidade de políticas públicas permanentes adequadas à realidade social. Para que essas políticas possam se concretizar é preciso, entre muitas outras coisas, conhecer as crianças atendidas pela rede pública. Quem são? Como vivem? Quais suas necessidades? (TOZONI, 2002, p.05).

Contempla-se que a industrialização trouxe mudanças importantes que tiveram influência nas relações sociais e foram significativas para a formação da sociedade moderna brasileira. Segundo Tozonni, o início da industrialização no Brasil é uma época histórica importante para a análise da narrativa das crianças pobres, principalmente no que se refere às condições de classe. Existe uma relação intrínseca da vida e dos costumes das crianças diretamente ligada ao conceito de classe e estruturas sociais, pois a vida das crianças na família, na escola e no trabalho tem no conceito de classe seu fator articulador, (Tozonni, 2002).

Podemos definir que o surgimento da escola advém da expansão da indústria, na qual, neste período, foi traçada e organizada pela burguesia, classe hegemônica e detentora dos meios de produção. Todavia, a escolarização era direcionada para as massas, com o intuito de preparar a população para a nova sociedade, a moderna e do capital. Nesse período, já existiam formas de exploração dos pequenos, pois o trabalho infantil era encarado como uma estratégia de sobrevivência das famílias de baixa renda, inserindo-se nas relações de trabalho do novo modelo social e econômico, o capitalismo industrial.

Como cita a teoria de Marx (1996) acerca da classe social, vê-se que essa ideologia interfere não apenas na escolarização, na vida e nos costumes dos trabalhadores e trabalhadoras e de seus filhos, mas também no cotidiano da burguesia, definindo quase que totalmente a vida dos operários e suas vivências.

Observando a importância da teoria marxista, percebemos que as crianças pobres eram as que mais sofriam e sofrem, pois o capitalismo busca uma fonte de lucro e de dominação sobre os mais necessitados. É uma exploração que nasce das relações materiais moldadas pelo capitalismo e da sondagem econômica que reside na estrutura capitalista. Marx (1996) estava consciente da centralidade da raça sobre o capitalismo, reconhecendo a extensão na qual a escravidão era central para a economia mundial, impactando constantemente e modificando o ambiente e o mundo ao nosso redor. A ideia da modernidade evoca o desenvolvimento do capitalismo e estabelece o crescimento das disparidades no sistema mundial, fazendo com que os problemas universais se transformem em questões públicas e haja ainda mais a expansão da hegemonia cultural.

Diante do crescimento e alargamento da supremacia europeia capitalista, o acesso a espaços teve oportunidades menores e mais minuciosas do que já existiam. A acessibilidade à escola e ao trabalho não era e não é universal. Observamos a relação entre as opressões, a exploração e a expropriação, pois há uma centralidade das opressões e interseccionalidade de classe e raça, já que a primazia da classe dominante define as ações, direta e indiretamente, das demais, especialmente dos pobres.

A exposição de Ângela Davis (1981) sobre a lógica de quem rege o sistema do capital mostra que quem ocupa os lugares e os espaços utilizados não são os pobres e muito menos os "de cor", pois a riqueza produzida pelos trabalhadores pertence à burguesia. A exploração é algo mais do que corriqueiro; é visado apenas o lucro, enquanto as condições de insalubridade dos operários são altíssimas, entre outras características desumanas. É como se o dinheiro fosse uma superfície de imenso vislumbre de ganância.

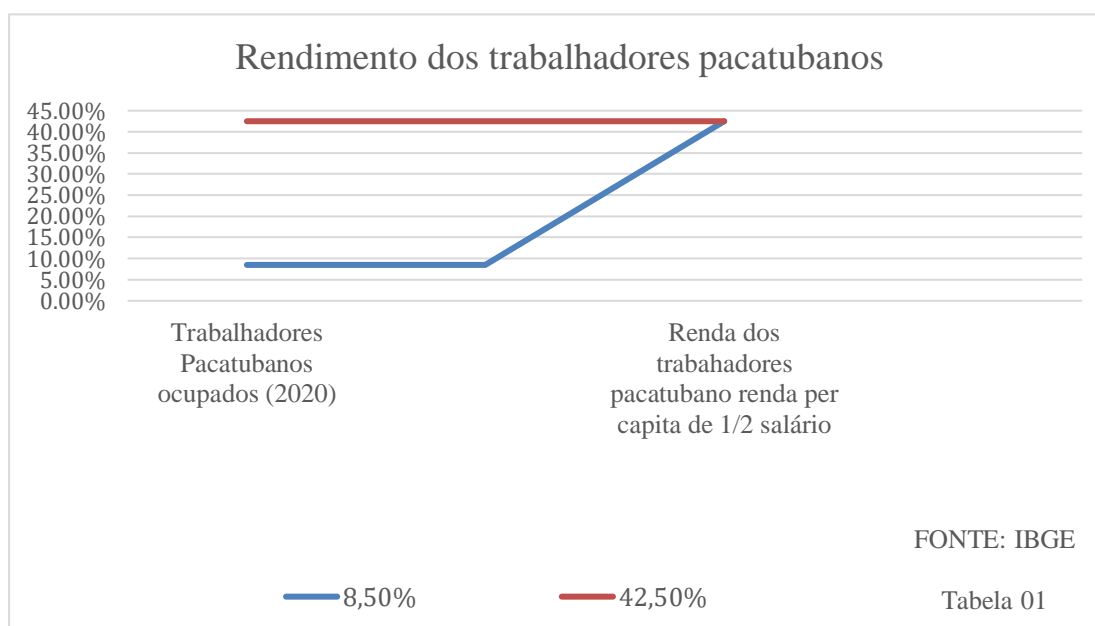
3. A ESTRUTURA SOCIAL: As nuances do trabalho como fator definitivo e influenciável

Podemos constatar que a educação não é um fator dissociado; ou seja, ela está diretamente ligada à vida e à estrutura social, possuindo grande influência nas trajetórias de muitos indivíduos. Considerando que a escolarização não ocorre igualitariamente, há uma alienação projetada para a juventude pobre. A busca pelo ensino superior e a conquista de um

curso de prestígio e bem remunerado destinam-se, em sua maioria, às elites. Chegar a essa conquista para as classes pobres é um mecanismo muito árduo, pois o acesso e a permanência não são simples; é quase um privilégio alcançar bons índices quando é necessário trabalhar para sobreviver e resistir às opressões diárias.

Conforme o IBGE em 2022, sobre o trabalho e rendimento dos moradores de Pacatuba em 2021, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.5%. Na comparação com outros municípios do estado, ocupava as posições 64 de 184 e 81 de 184, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 42.5% da população nessas condições, colocando-o na posição 178 de 184 entre as cidades do estado e na posição 2420 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Constata-se por meio da tabela abaixo sobre o trabalho que menos da metade da população possui de um até dois salários mínimos, e sabemos que esse índice influenciará na vida educacional. Dessa forma, vemos na outra tabela que a taxa de escolarização nas escolas do município de Pacatuba, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, tem um grande índice de matrículas. No entanto, constatamos que no ensino médio esse número decresce em grande escala e, desse modo, poucas pessoas concluem o ensino médio, sendo ainda menor o número de quem chega até o ensino superior.



Observa-se que a tabela acima demonstra a realidade das pessoas residentes em Pacatuba, na qual o trabalho e o rendimento de renda mensal per capita de até meio salário mínimo só

alcançam menos da metade da população. Se analisarmos as pessoas ocupadas com um determinado tipo de trabalho, os índices são baixíssimos, contabilizando apenas 8,5%. Todos esses fatores estão intrinsecamente ligados às desigualdades sociais, pois sabemos que os indivíduos não estão desempregados apenas por mero desdém, mas existe toda uma política elitista que faz com que pessoas pobres e de raça diferente possuam menos gozo dos direitos e privilégios sociais.

Conforme IBGE, 2010, a taxa de escolarização de alunos pacatubanos de 6 a 14 anos de idade é de 94,6%. Diante desses dados, observa-se que há uma grande quantidade de matrículas referentes ao ensino fundamental. É válido ressaltar que o número de estabelecimentos de ensino fundamental ultrapassa em grande escala o de ensino médio que são apenas 6, diferentemente do de ensino fundamental que são 32, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

Quando refletimos sobre as possibilidades dos estudantes pobres para conseguir acessar o ensino superior, estamos fazendo um requerimento em relação à igualdade de oportunidades na educação. Referimo-nos à tentativa de erradicar ou diminuir a pobreza e garantir mais justiça social, segurança pública e outros aspectos interligados. Para entender todo esse desfecho da chegada ao ensino superior, é necessário contemplarmos a educação básica e verificar quais percentuais de crianças acessam e conseguem finalizar a educação na primeira infância e todas as suas etapas progressivas.

Acerca do Censo da Educação Superior 2022, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelou que apenas 24,2% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil acessam o ensino superior. Ainda de acordo com a pesquisa, 75,7% dos jovens dessa faixa etária não ultrapassaram a educação básica, sendo que 43,4% conseguiram concluir o ensino médio. Conclui-se que, em média, 3 em cada 4 jovens brasileiros de 18 a 24 anos não têm acesso a uma formação superior.

Os dados anteriores revelam que o acesso à universidade ainda é um desafio para muitos jovens brasileiros, pois a desigualdade social é um dos principais fatores que contribuem para esse cenário. Jovens de famílias mais pobres têm menos chances de concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior. Outros fatores pontuados incluem a falta de vagas nas universidades públicas, de modo que a elite consegue ter maiores vantagens devido à eficiência do ensino recebido, condições de um lugar adequado para estudo, gozo de aparelhos

tecnológicos, entre outros. Os estudantes têm maiores dificuldades, pois precisam conciliar os estudos com o trabalho.

Os dados do Censo também mostraram que dos 22,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos no país: 21,2% largaram o ensino médio; 9,9% ainda frequentam o ensino médio; 1,2% ainda frequentam o ensino fundamental; 20,2% frequentam o ensino superior; 4% já concluíram o ensino superior. Uma das atuais metas do Ministério da Educação é aumentar para 33% o número de ingressos na educação superior dentro da faixa etária (INEP, 2022).

De acordo com pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2016 e 2017, dois milhões de pessoas passaram a viver na faixa da pobreza, a maioria em pobreza extrema. Infelizmente, denota que há 54,8 milhões de pessoas vivendo nesse cenário, das quais 18,2 milhões são crianças com menos de 14 anos. Pensar em crianças pobres e sua relação com a educação é uma problemática que está entrelaçada com âmbitos de diferentes aspectos sociais, pois a estrutura social capitalista tem um papel fundante nesse contexto. Observa-se que, de acordo com Denis, Mizne:

A má qualidade do ensino se tornou um dos principais efeitos da pobreza no Brasil, pois há uma ligação direta entre a educação que nossas crianças recebem e seu status socioeconômico. A maioria dos alunos de baixa renda frequentam escolas públicas, enquanto crianças com melhores condições financeiras recebem uma melhor formação em instituições privadas. Essa discrepância ficou clara nos resultados do PISA (modelo de avaliação internacional que é referência em todo o mundo), que mostraram que, em termos educacionais, alunos de escolas públicas aos 15 anos se encontram cerca de três anos atrás de seus colegas das instituições privadas. (MIZNE, 2019).

A maioria dos alunos brasileiros é contemplada pelo ensino escolar público, fator que interfere e perpetua o ciclo de desigualdade social enfrentado pelo país. Conforme um estudo sobre resiliência acadêmica conduzido pela OCDE, apenas 2,1% dos estudantes de baixa renda no Brasil atingem um nível educacional que efetivamente os prepara para assumir papéis ativos em suas comunidades e para aproveitar oportunidades pessoais e profissionais (MIZNE, 2019).

Conforme Carneiro e Martini, 2023, a pobreza no Brasil é mais intensa entre crianças pretas e pardas e principalmente nas regiões Norte e Nordeste. O Brasil tinha, em 2022, 21,5 milhões de crianças de até 14 anos classificadas como pobres, o que representava quase metade (49, 1%) da população nessa faixa etária. Já o grupo de extremamente pobres totalizava 4,3 milhões, ou 10% do país. A incidência é maior que na média da população brasileira, de 31, 6% e 5, 9%, respectivamente, (CARNEIRO E MARTINI, 2023).

Para conseguirmos mudar essa realidade alienante do capitalismo e suas interfaces geradoras da pobreza é necessário, compreendermos o conceito de pobreza. Portanto,

A análise leva em consideração a linha de pobreza do Banco Mundial, que inclui no rupo aquelas pessoas com renda per capita de até U\$ 6,85 PPP (paridade de poder de compra) por dia, ou R\$ 637 por mês. Já a linha de extrema pobreza incorpora quem tem renda per capita de até U\$ 215 PPP por dia ou R\$ 200 por mês. (CARNEIRO E MARTINI, 2023).

Buscar a amenização e eliminação dessa desigualdade educacional é dar início a uma nova era de ensino, que maximize todas as áreas e investigue toda a estrutura social desde os primórdios e a origem educacional, visando o potencial de todos os brasileiros e a garantia de que todas as crianças frequentem a escola, mas também que todos possam permanecer em uma educação de qualidade. Dados importantes para entendermos a problemática do ingresso ao ensino superior dos estudantes pobres, que na sua maioria acontece pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, observamos as estatísticas do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2022, no qual constatou que cerca de 48,2% dos estudantes do ensino médio em 2022 fizeram o Enem, prova que viabiliza o acesso a universidades públicas através de programas do Governo Federal como Sisu, Prouni e Fies.

Fazendo um paralelo com os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) antigos, como o do ano de 2015, vê-se que as escolas reforçam a imperiosa necessidade de transformar o acesso e as didáticas do ensino médio brasileiro. Essa afirmação foi feita pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Inês Fini. Os dados do Enem por escola, divulgados em entrevista coletiva no Ministério da Educação, fornecem a professores, gestores e à sociedade informações sobre o desempenho dos alunos e as características das instituições de ensino.

Em 2015, apenas entre os concluintes do terceiro ano do ensino médio, participaram do exame 1.212.908 estudantes de 14.998 instituições de ensino (MEC, 2016). A referida presidente do Inep destacou que os resultados têm contextos que precisam ser considerados. Com relação ao aluno, o índice usado foi o nível socioeconômico. Para a escola, as variáveis foram o porte, o indicador de formação docente e o de permanência. "O ranking por si só é inapropriado, não reflete a realidade das escolas, não indica a qualidade," disse Maria Inês. Daí a importância de usar os fatores de contexto que, combinados, dão um panorama mais real do desempenho das instituições, qualificando o resultado.

A pouca participação de alunos com baixo poder aquisitivo também foi constatada na avaliação. De acordo com Maria Inês, a baixa autoestima desses estudantes, que, em sua

maioria, vêm de lares em que os pais não cursaram a educação superior, os induz a deixar de fazer o Enem, de modo que interfere no desejo de querer chegar até a universidade, (MEC 2016).

Conforme dados do MEC (2016) é de grande relevância para compreendermos toda a situação educacional, em 2022, 5,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas) na Região Sudeste, conforme dados do IBGE, 2022. O analfabetismo, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022, quando analisado por cor ou raça, revelou que 3,4% das pessoas com 15 anos ou mais de idade de cor branca eram analfabetas, enquanto entre as pessoas da mesma faixa etária de cor preta ou parda o percentual era de 7,4%. Essa consonância está interligada também por gênero, e as mulheres possuem um índice menor, pois entre mulheres e homens com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 5,4% para as mulheres e 5,9% para os homens.

A pesquisa mostra que quanto mais velho é o grupo populacional, maior é a proporção no número de analfabetos, dados de grande relevância para compreendermos toda a situação educacional, em 2022, 5,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas), na Região Sudeste, conforme dados do IBGE, em 2022 (MEC, 2016).

O nível de educação alcançado pelo indivíduo, no qual indica serem o nível de instrução, é independentemente da duração dos seus estudos. Acerca dessa informação, conforme o IBGE, 2022, no nosso país, 53,2% das pessoas com 25 anos ou mais de idade concluíram a educação básica obrigatória, ou seja, possuíam, no mínimo, o ensino médio completo em 2022. Já o percentual das pessoas da mesma faixa etária com nível superior completo era de 19,2% no mesmo ano, e dos que não concluíram sequer a educação básica, 6,0% não tinham instrução.

Os que possuíam ensino fundamental incompleto contabilizaram 28,0%, e 7,8% tinham o ensino fundamental completo. Desses, 5,0% tinham o ensino médio incompleto. Segundo o INEP, 2022, a taxa de analfabetismo recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022. O Nordeste tinha a taxa mais alta (11,7%), e o Sudeste, a mais baixa (2,9%). No grupo dos idosos (60 anos ou mais), a diferença entre as taxas era ainda maior: 32,5% para o Nordeste. Das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões)

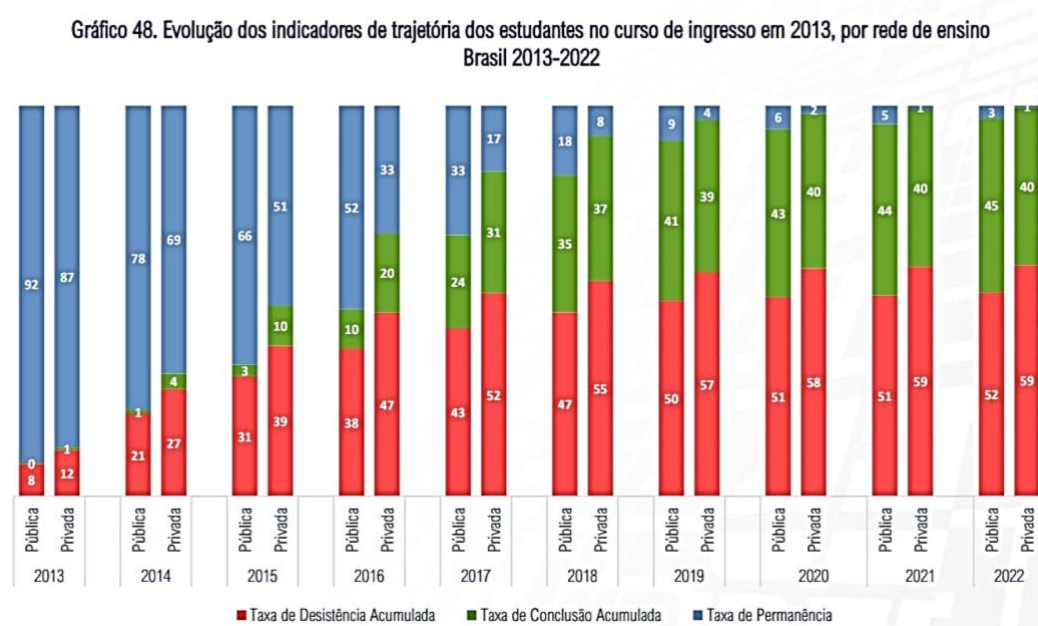
viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. A questão da raça influencia também nas taxas de analfabetismo, tendo em vista que pessoas pretas possuem mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas, que são 3,4%, e para as pretas e pardas, é de 7,4% de analfabetismo, de indivíduos de quinze anos de idade.

No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos, ela chegava a 23,3%. Mais da metade (53,2%) da população de 25 anos ou mais havia concluído, pelo menos, a educação básica obrigatória, ou seja, possuíam ao menos o ensino médio completo (MEC, 2016). No entanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016, para as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 47%, enquanto entre as brancas a proporção era de 60,7%. Para melhor entendimento, nas tabelas abaixo é mostrado os percentuais de analfabetismo, por idade, gênero, raça e etc, e na outra, índices de instrução, ambas efetuadas pelo IBGE.

Conforme dados do IBGE, 2022, a taxa de analfabetismo atinge muitas regiões, Sudeste 2,9%, Sul com 3%, Centro-Oeste 4,0%, Norte com 6,4% é a região de maior índice é o Nordeste com 11,7%. Outro fator preocupante é a diferença de pessoas brancas que possuem apenas 3,4% de valor para a idade de até 15 anos ou mais e 9,3% para indivíduos com mais de 60 anos, enquanto pessoas pretas ou pardas, possuem uma taxa de 7,4% para 15 anos ou pessoas maiores e o alarmante índice de 23,3% para 60 anos ou mais. (IBGE, 2022)

O PNE, de 2014, que é o Plano Nacional de Educação, busca articular os esforços nacionais, elevando o nível de escolaridade da população, a taxa de alfabetização, a melhoria da qualidade da educação básica e superior, ampliando o acesso ao ensino técnico e superior, valorizando os profissionais da educação, reduzindo as desigualdades sociais, democratizando a gestão e ampliando os investimentos em educação. Lançou metas para a melhoria dos índices da educação e seus entraves.

A meta número oito refere-se a elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, conforme declarado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INEP, 2022). Diante disso, as tabelas abaixo retratam percentuais de estudantes que frequentam a escola, as taxas de escolarização e a ascensão de ingresso de estudantes no ensino superior.



Fonte: INEP, 2016.

(Tabela – 02)

Conforme indicam os gráficos acima, podemos afirmar que o percentual de pessoas que concluíram o ensino médio e frequentam o ensino superior é extremamente baixos, além de a taxa de escolaridade ser inferior a metade da população. Observamos que a taxa de permanência, no início do ano de 2013, possuía um índice elevado; no entanto, infelizmente, ao longo dos anos, a taxa de permanência diminuiu drasticamente, resultando em um número reduzido de pessoas que concluíram o ensino superior.

3.1 Estrutura social e a lógica capitalista.

Evidentemente, a educação não se restringe à escola; ela é constituída por elementos divergentes e contraditórios que sustentam sua estrutura, assim como o todo social sob a lógica do capital. Elementos como as classes sociais, a opressão das mulheres e das crianças, a propriedade privada e o capitalismo configuram um desafio à administração da educação pública, que é confrontada a administrar as escolas sob o princípio igualitário.

Os múltiplos encargos que a educação implica, como a influência e regência estrutural da sociedade capitalista, a vida do trabalho, entre outros, denotam influência e prejuízos futuros na infância escolar até a chegada à universidade, quando isso é possível. Isso ocorre tanto em termos de recursos humanos, financeiros, raciais e de gênero. A rotina da criança não é definida apenas por seus pais; ela faz parte de todo o sistema capitalista que dita as regras e manipula a criança a viver predestinada à marginalização se ela for pobre e negra ou parda.

O trabalho é atribuído como uma característica fundamental ao ser humano. Não se pode destacar que ele é indispensável para compreender os mecanismos de manipulação da estrutura social, pois tudo é regido pela relação do indivíduo com o seu emprego. Necessita ter dinheiro para comer, comprar, etc., e assim o trabalho vai reger suas demandas. Ao pensarmos sobre a educação, torna-se necessário incluir a relação de trabalho, pois muitos jovens nunca acessaram a educação escolar ou, quando acessam, abandonam os estudos por causa do ofício assumido, seja para colaborar com o sustento de si próprio ou da própria família, geralmente, numerosa.

Essa situação é comprovada pelos dados do IBGE apresentados em 2022, os quais afirmam que cerca de 18% dos jovens de 14 a 29 anos de idade no Brasil, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, não completaram o ensino médio, seja por abandono ou por nunca terem frequentado a escola. Quando esses jovens foram indagados sobre o motivo de terem abandonado os estudos, a necessidade de trabalhar foi apontada como o fator principal tanto para os homens quanto para as mulheres.

Observando todo o contexto que nos cerca, muitas vezes, não compreendemos de forma crítica e deixamos de avaliar conflitos de interesses sociais que interferem nas relações de poder, na estrutura do mundo e nas bases que comandam a hierarquia. Pensamos que os vínculos e papéis do corpo social não compactuam com qualquer coincidência de interesse; contudo, há sim uma ânsia por vantagens e uma luta política e ideológica em prol da elite.

Nesse sentido, é ingênuo pensar que para que jovens pobres cheguem até o ensino superior seja fácil, ou apenas uma questão de vontade, mesmo que seja por meio de cotas, pelo Enem ou até mesmo outros vestibulares. Neste aspecto, vê-se que há grandes desafios vinculados a essa premissa, seja pela falta de condições financeiras, seja por outras que passam interna e externamente despercebidas e estão atreladas a ideologias carregadas de preconceitos e discriminações, apoiadas no campo social capital.

Conforme o contexto social econômico para analisar o percurso escolar dos jovens pobres até a chegada ao ensino superior, pode-se destacar que:

Nossa tarefa, aqui, será desfazer a suposição de que a ideologia é um ideário qualquer ou qualquer conjunto encadeado de idéias e, ao contrário, mostrar que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e dominação política, (CHAUÍ, 2008, p.07).

A alienação e exploração do trabalhador na relação do processo de produção na sociedade capitalista tem sua influência nessas ideologias, pois:

[...] O regime do capital pressupõe a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho (...). Portanto, o processo que engendra o capitalismo só pode ser um: o processo da separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de seu trabalho, processo que, por um lado, converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto, por outro lado, converte os produtores diretos em assalariados. Estamos, pois, diante do que se convencionou chamar de homem livre moderno. Notamos, porém, que esse homem" é dois tipos diferentes de homens: há o burguês, proprietário privado dos meios de produção ou das condições do trabalho, e há o trabalhador, despojado desses meios e dessas condições, "liberado" da servidão, mas também despojado dos meios de trabalhar livremente, só podendo trabalhar como assalariado. (CHAUÍ, 2008, p. 18 - 19).

Constata-se, que sob o comando do capitalismo, a liberdade que os trabalhadores e as trabalhadoras possuem, nada mais é do que sua força de trabalho a ser vendida ao “proprietário privado dos meios de produção”, ou seja, os donos dos meios de produção que compram a força de trabalho, a dos assalariados. Esses comportamentos ideológicos não ocorrem de modo inocente, mas através da reprodução de uma estrutura que rege as normas de poder sobre os demais, tendo em vista que:

Nessa perspectiva, a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (famílias, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua e etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes (e também castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social, chama-se ideologia. (CHAUÍ, 2008, p. 23 - 24).

O modo de vida, costumes, aprendizados, infelizmente são todos regidos pelo capital, que cria um padrão para ser seguido e assim, vamos reproduzindo e transmitindo de gerações em gerações como se fosse único e deixamos de evidenciar outras possibilidades de tarefas, culturas, pois a dominação da elite está em tantos âmbitos que passam despercebidas ao nosso redor, nos fazendo apenas seguir, obedecer e sermos cúmplices da ingênua ou nem tanto, exploração das mentes, do corpo, da vida financeira, intelectual e pessoal.

É necessário ainda, ressaltar como o trabalho no capitalismo é indispensável à divisão das classes, para conseguir assimilar a educação e a pobreza, assim:

As classes sociais não são coisas nem ideias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas da propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de

sistemas determinados de ideias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. As classes sociais são o fazer-se classe dos indivíduos em suas atividades econômicas, políticas e culturais. (CHAUÍ, 2008, p. 52).

4. A influência da ideologia nas mentalidades

Como temos visto e percebido o ingresso na universidade? Será que foi por afinidade com o curso escolhido? Será que foi por mera especificidade trabalhista? Diante dessas indagações, provamos mais uma vez que a educação e o trabalho são indissociáveis, e a autora Maurilena Chauí, prova isso através da "ideologia da competência", afirmando que:

Um outro efeito da ideologia da competência aparece na busca do diploma universitário a qualquer custo. Antigamente, as pessoas que cursavam as universidades o faziam porque desejavam dedicar-se a alguma pesquisa ou ao ensino. Hoje, cursa-se a universidade porque o diploma é exigido pela Organização, quando examina os currículos dos que procuram um emprego nela, pois o diploma é usado como instrumento de seleção. Os jovens universitários estão convencidos de que sempre foi e sempre será assim, e que a função da universidade é adaptar-se às exigências das organizações empresariais, isto é, do que se costuma chamar de "o mercado". O diploma confere ao que procura emprego a condição de "especialista" e de "competente" e uma posição superior na hierarquia de cargos e funções. Dessa maneira, a universidade alimenta a ideologia da competência e despoja-se de suas principais atividades, a formação crítica e a pesquisa. (CHAUÍ, 2008, p. 108).

Buscar possibilidades de mudar essa realidade exploradora enraizada é uma luta incessante daquelas e daqueles que se incomodam e se indignam sob essa relação de exploração, a qual se baseia na compreensão, para depois acontecer a inserção de ideias que contraponham o que produziu tantos anos de alienação e sofrimento. Essa luta pode se iniciar no desmanche de ideologias, o que só é possível na ação política coletiva.

Conforme revela Chauí (2008), é necessária uma atividade política que advém de exploradores e dominados, a qual deve ser redigida pelos mesmos, pois só quem tem conhecimento totalitário de todas as dominações são os próprios dominados. É relevante, para tal prática política, preencher as lacunas dos discursos ideológicos, fazendo assim a obrigatoriedade de dizerem tudo que não está dito, pois dessa forma a lógica da ideologia se acaba e se desmancha, deixando ver o que realmente estava oculto e o que estava assegurando a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.

Dessa forma, as oportunidades de todos são conjecturadas parcialmente para alguns que conseguem, com extremo esforço, superar alguns obstáculos presentes desde a infância até o ensino superior. Esses desafios não se referem apenas ao esforço ou aptidão intelectual, mas vão além disso. De acordo com Pierre Bourdieu (1992, apud NOGUEIRA, 2022, p.17), em seus estudos sobre as funções do sistema de ensino numa sociedade estratificada, o sociólogo francês

demonstra que, embora a escola seja reconhecida ideologicamente como instância promotora de oportunidades de ascensão, ela acentua as desigualdades sociais.

Na teoria de Bourdieu, a educação perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Então, observa-se que o desempenho escolar não dependia tão simplesmente dos dons individuais, mas dá origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros) (NOGUEIRA, 2022).

Observam-se formas de ocultação de realidades e cumplicidade da gestão diante das desigualdades, pois não há maneiras de aparato para indivíduos que são pobres e têm menos condições financeiras. O que é visto é que o aluno que quer seguir carreira em ciências exatas tem um tratamento diferente; aqueles que seguem outras jornadas são apenas alunos que "não necessitam de ajuda" ou não gozam de um ensino pleno por conta de suas poucas condições financeiras.

Mesmo com o intuito de diminuir a taxa de crianças longe das escolas, o Brasil ainda está bastante longe dessa meta. De acordo com dados do Censo Escolar de 2022, a média de alunos brasileiros matriculados em tempo integral é de 14,4%. Nas creches das redes municipais, esse índice chega a 56,8%. Já na pré-escola, a taxa é de 12,2%. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os estudantes matriculados em tempo integral representam 11,4%, e nos anos finais, 13,7%. O estado com mais alunos matriculados em tempo integral na rede pública de Ensino Fundamental é o Ceará (41%), seguido por Piauí (38,8%) e Maranhão (38%). No outro extremo, estão Amapá (2,1%), Rondônia (2,8%) e Roraima (4,6%).

Constata-se que, conforme o Ministério da Educação, com base em diversas fontes de dados, o estudo revelou que, ao final do 9º ano do Ensino Fundamental, a diferença entre estudantes de famílias de alta e baixa renda pode chegar a 7.124 horas de aprendizado, o equivalente a 7,9 anos de uma escola regular. Se essas horas fizessem parte da carga horária de uma escola em tempo integral, as crianças mais ricas teriam estudado 3,9 anos a mais que as mais pobres. (CENSO ESCOLAR, 2022).

Houve impactos na educação, no ensino médio, assim como os estudos de Dietrich, pesquisas realizadas nos últimos anos apontam para os impactos especialmente em relação ao combate às desigualdades de uma maior exposição, em tempo e qualidade, dos alunos à aprendizagem. A maior parte delas está relacionada à expansão da educação integral no Ensino

Médio, que foi a mais impulsionada nos estados e, hoje, conta com um percentual mais alto de matrículas na modalidade. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC de 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino integral no Ensino Médio (4,7) foi superior ao do ensino regular (4,0) e à meta geral prevista para esse nível de ensino (4,6). Ou seja, o Ensino Médio Integral (EMI) teve um desempenho 17,5% maior que o do ensino regular. Na maioria dos estados brasileiros, o EMI também obteve um Ideb mais alto que o do ensino regular.

Conforme o MEC, 2016, há diversos desafios pedagógicos e demais fatores estruturantes. Segundo o ministério, o tempo importa, mas só se condicionado a fatores como infraestrutura escolar, rede de atenção ou proteção ao estudante e fatores pedagógicos, como formação docente inicial e continuada e retroalimentação de práticas, com coordenação pedagógica atuante e espaços de diálogo e acompanhamento da atividade dos professores em sala de aula.

Quando esses fatores não estão condicionados, mais tempo na escola pode, inclusive, ser prejudicial à proficiência. Ele aponta também para a importância de se olhar o modelo com cuidado para que ele, contrariamente ao seu potencial de combater as desigualdades, não ajude a aprofundá-las: mais tempo na escola tende a beneficiar todas as camadas sociais, mas os menos vulneráveis (e mais ricos) se beneficiam mais, criando possíveis ilhas de excelência. Essas escolas, comumente, estão em territórios menos violentos, possuem maior infraestrutura e têm menor rotatividade de professores(as) e maiores oportunidades de formação docente. Ao mesmo tempo, as e os estudantes apresentam em seus contextos familiares e de vida externa à escola maiores oportunidades para acessar diferentes repertórios culturais, linguagens e conhecimentos. (NOGUEIRA, 2022).

Além da questão do interesse e do protagonismo do jovem, também há a necessidade de promover políticas públicas que viabilizem a permanência na escola, como programas de bolsas, especialmente para aqueles de período integral no Ensino Médio, pois muitos jovens precisam trabalhar para ajudar a compor a renda familiar. No Brasil, cerca de 20% dos estudantes não terminam a Educação Básica por necessidade de trabalho, dificuldade de aprendizado, falta de interesse ou gravidez na adolescência. (NOGUEIRA, 2022).

Um estudo do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa, 2014, aponta que pagar para os alunos se manterem na escola durante o Ensino Médio pode reduzir em 7 pontos percentuais, em média, a evasão de jovens. Pensar a educação integral no Brasil, assim como as políticas

para a área, requer importantes cuidados, especialmente com as profundas desigualdades existentes entre as redes de ensino e, inclusive, dentro de uma mesma rede. Investimento financeiro, vontade política e coordenação do governo federal são fatores muito importantes para impulsionar essa modalidade, mas ela certamente demandará projetos customizados e capazes de envolver e dar protagonismo aos principais atores responsáveis por sua implementação na ponta: escolas, professores e alunos.

Em 2019, o Brasil registrou cerca de 1,9 milhão de matrículas na educação profissional. De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número representa um aumento de 0,6% em relação a 2018. Segundo Candido (2019), as determinações elencadas no Decreto 7566 previam que cada escola teria uma estrutura administrativa formada por um diretor, um escriturário, um porteiro contínuo e o número de mestres necessários ao funcionamento das oficinas. O diretor seria nomeado por decreto e receberia vencimentos na ordem de 4:800\$ anuais. O decreto de 1909 também previa a expedição de um regulamento interno, onde seriam estabelecidas as atribuições e deveres dos empregados para o regular funcionamento da escola e das oficinas. Esse regulamento, assinado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, entrou em vigor com a publicação do Decreto nº 9070, de 25 de outubro de 1911.

O referido decreto, em seu artigo 12º, trazia as competências e responsabilidades do diretor, que abrangia desde a inspeção escolar, controle da disciplina, distribuição de funções, integração com a comunidade até o controle financeiro e orçamentário da instituição. O diretor escolar possuía, portanto, amplas atividades e responsabilidades administrativas. Esse decreto vigorou até 1918, quando foi promulgado um novo regulamento, através do Decreto 13.064, de 12 de junho de 1918, que ampliava as responsabilidades ao passo que mantinha muitas outras. Entre as alterações do novo regulamento, estava a previsão de concurso de análise documental de idoneidade moral e técnica para o cargo de diretor. O artigo 18º determinava que o diretor geral de indústria e comércio deveria apresentar ao ministro uma lista tríplice de candidatos, para que fosse feita a escolha (BRASIL, 1918).

Em geral, até então, os critérios para a escolha desses diretores eram de cunho político, o que acabava por não privilegiar a formação destes, vindo a trazer para a administração escolar gestores que não possuíam formação, nem experiência com educação. Sobre este aspecto, Soares (1982) reproduz uma severa crítica à formação dos diretores escolhidos para

administração dessas escolas em todo país, feita pelo engenheiro João Luderitz, que estava à frente do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional e Técnico, criado em 1920 com a finalidade de analisar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional.

Observam-se indícios para melhorar o acesso e a garantia de permanência de alunos pobres e pretos ou pardos nas instituições superiores, o que precisa se aliar a muitos fatores, como a disponibilidade de vagas nas universidades em grandes demandas, um ensino fundamental e médio de qualidade, grande oferta de empregos na comunidade, o acesso a unidades de saúde, dentre outros fatores que se iniciam pensando na administração dessas demandas e no visionamento das necessidades da comunidade e da família, para que consigam permanecer no ambiente acadêmico. Os alunos de Pacatuba conseguem usufruir de instituições escolares e superiores, sendo que a maior demanda atualmente é o desejo e a situação de permanência no ambiente acadêmico, devido às condições, como a satisfação apenas com uma formação profissionalizante que as escolas técnicas proporcionam. Na situação de permanência, o fator que influencia é a conciliação com o trabalho e as demandas exigidas. Assim, o acesso ao ensino superior tem melhorado conforme o passar dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na educação de forma isolada é uma abordagem ingênua para compreender as problemáticas sociais e desafios enfrentados por tantos estudantes pobres, não apenas na cidade de Pacatuba, mas em diversas regiões. Analisar a influência do sistema capitalista em toda a rotina diária dessas famílias é um passo fundamental para assimilar as razões por trás das disparidades econômicas e sociais. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é necessário “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Contudo, para alcançar esses objetivos, é crucial compreender as raízes dessas desigualdades.

Este trabalho evidencia que os estudantes pobres, em sua maioria, são pretos e pardos, ressaltando a associação entre classe social e raça. Essa relação prática foi observada ao longo das leituras bibliográficas, demonstrando que a história da escolarização no Brasil está intrinsicamente ligada à exploração e aos interesses capitalistas. Desde seus primórdios, a educação no país foi marcada pela catequização e pela tentativa de apagamento das culturas nativas.

Nesse contexto, é imperativo identificar as formas de alienação capitalista presentes em nosso entorno para combater a exploração econômica, intelectual e humana. A aplicação dos resultados desta pesquisa pode se estender a todas as escolas de ensino fundamental e médio públicas do país, uma vez que a desigualdade permeia a rotina de tantas famílias diariamente, muitas vezes camuflada como algo comum, um padrão que se repete nas classes e raças.

Portanto, desenvolver práticas para minimizar os desafios de acesso ao ensino superior para esses estudantes pobres, especialmente em Pacatuba, é uma questão de percepção e luta contínua. A influência exploratória do capitalismo, enraizada desde a infância, requer o desvelamento das mentes e a conscientização coletiva dessa ingenuidade. É por meio de trajetórias persistentes que não desistem de transformar a sociedade em um lugar de equidade que podemos enfrentar a injustiça secular, que divide o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos, como afirmou Ariano Suassuna.

REFERÊNCIAS

BELLO, J.L.P. Educação no Brasil: a História das rupturas. *Pedagogia em Foco*, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/files/Jos%C3%A9.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo Técnico: Censo da Educação Superior Brasileira 2008. Dados Preliminares*. Brasília: MEC/INEP, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

CARNEIRO, Lucianne; MARTINI, Paula. Quase metade das crianças de até 14 anos no Brasil são pobres, revela IBGE. Rio de Janeiro, 06 dez. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/06/quase-metade-das-criancas-de-ate-14-anos-no-brasil-sao-pobres-revela-ibge.ghtml>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

MARÇAL, RIBEIRO, P. R. *Educação Escolar no Brasil: problemas, Reflexões e Propostas*. Coleção Textos, Vol. 5. Araraquara, UNESP, 1990.

MEC- Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39971>. Acesso em 03 de novembro de 2023.

MIZNE, Denis. Pobreza, desigualdade e o potencial das escolas públicas. Fundação Lemann, 2019.

NOGUEIRA, M.A.; NOGUEIRA, M.M. A Sociologia da Educação de Pierre BOURDIEU: Limites e Contribuições. UFMG, 2022.

RIBEIRO, M. L. S. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

RIBEIRO, M. P. R. História da Educação Escolar no Brasil: Notas Para Uma Reflexão. Paidéia, FFCLRP - USP, Ribeirão Preto, 1993.

ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil (1930/1973). 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, Dermeval e DUARTE, Newton. Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012. Revista HISTEDBR Online, Campinas, SP, v.

TOZONI-REIS, M. F. C. Infância, escola e pobreza: ficção e realidade. Campinas: Autores Associados, 2002.